

Por Antonio Penteado Mendonça



No século 18, a Grã-Bretanha cria o seguro de transporte moderno, que permite, em menos de cem anos, a construção do maior império da história da humanidade

Há mais de 4 mil anos, o seguro é usado como importante ferramenta de paz e desenvolvimento social. A primeira normatização sobre o assunto está gravada numa tábua de escrita cuneiforme, encontrada na região da Mesopotâmia. Dispõe sobre as regras para as indenizações, dividindo perdas e ganhos de forma proporcional a cada um dos integrantes das caravanas.

É a divisão dos prejuízos de alguns por todos os integrantes do grupo, feito de forma proporcional ao risco individual diante do todo. Ou seja, exatamente o que ocorre nos dias atuais e que serve de base para o negócio do seguro.

Ao longo da história, o seguro é encontrado em diferentes momentos, todos fundamentais para o avanço humano. É assim que, por volta de 1350, o rei de Portugal cria uma empresa com a missão de repor as embarcações da frota portuguesa perdidas pelas mais variadas razões, de assalto de piratas a tempestades. E, ao mesmo tempo, ordena a plantação de florestas para a construção de navios. Setenta anos depois, Portugal inicia o ciclo das navegações, arrancando mais da metade do mundo das lendas e das brumas que encobriam os oceanos.

Mais ou menos na mesma época, as Repúblicas Italianas desenvolvem seguros de crédito, que permitem as transações a grandes distâncias, viabilizando o comércio no Mediterrâneo.

No século 18, a Grã-Bretanha cria o seguro de transporte moderno, que permite, em menos de cem anos, a construção do maior império da história da humanidade. Graças à eficácia do seguro de transporte, logo no início do século 19, os mesmos britânicos, depois de um incêndio devastador na cidade de Londres, criam o seguro de incêndio. E, no fim do século 19, os alemães criam os primeiros seguros sociais, garantindo cobertura securitária especialmente para os trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho.

Cada uma destas ações teve papel fundamental para o desenvolvimento socioeconômico e político do mundo. Graças a elas, prejuízos capazes de inviabilizar o progresso, em virtude da complexidade da empreitada, valores envolvidos e falta de tecnologia e conhecimento, foram submetidos a regras de proteção suficientes para permitir a iniciativa, garantindo a investidores e governos a segurança necessária no caso do insucesso da empreitada.

É aqui que o seguro surge como resposta para uma série de necessidades de proteção social. Graças aos seus mecanismos de proteção coletiva, repartição dos prejuízos, solidariedade, mutualismo, poupança e geração de riquezas, principalmente as nações mais desenvolvidas

conseguem minimizar perdas de todos os tipos, permitindo que recursos destinados a financiar o desenvolvimento não tenham de ser investidos na reconstrução de bens, equipamentos ou patrimônios afetados por eventos de todas as naturezas, capazes de gerar perdas e prejuízos de monta.

Ao transferir para a seguradora a obrigação de pagar as indenizações decorrentes de eventos pré-definidos nos contratos, que afetem bens e capacidades de ação, o segurado fica livre para realizar novos investimentos, sem se preocupar com a necessidade de constituir reservas para contingências capazes de comprometer sua capacidade operacional.

Essa operação garante o patrimônio de empresas e pessoas individualmente, mas, ao fazer isso, garante muito mais: garante a estabilidade social, preservando empregos, impostos e capacidade de produção para manter a sociedade girando e a riqueza coletiva a salvo dos prejuízos que ameaçam constantemente o futuro do homem sobre o planeta.

A título de exemplo, no primeiro semestre do ano, os eventos de origem natural causaram perdas de US\$ 70 bilhões. Menos de US\$ 30 bilhões foram pagos pelas seguradoras. O restante ficou por conta das vítimas e de seus respectivos governos. O dado interessante é que os mais bem segurados são os mais ricos. Enquanto eles ficam cada vez mais ricos, os sem seguros são obrigados a realocar seus poucos recursos, não para gerar novas riquezas, mas para refazer o destruído pelos sinistros. O Brasil ganharia muito se o governo entendesse este mecanismo e criasse uma política de minimização dos prejuízos, baseada no estudo científico dos riscos e nas apólices de seguros.

Fonte: [O Estado de São Paulo](#), em 26.12.2016.